

- c) Nos directores das Alfândegas do Funchal e de Ponta Delgada a competência para autorizar a realização de despesas com obras e aquisição de bens e serviços, nos termos legais e por conta das dotações orçamentais, até ao montante de € 2500;
- d) No chefe de divisão de Gestão Financeira a competência para autorizar a realização de despesas com obras e aquisição de bens e serviços, nos termos legais e por conta das dotações orçamentais, até ao montante de € 1000.

V — Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam os directores das alfândegas autorizados a sub-delegar alguns dos poderes que lhes são conferidos pelo presente despacho, devendo reservar para si as decisões que, total ou parcialmente, neguem, extingam, restrinjam ou por qualquer modo afectem direitos, imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

VI — Ratifico todos os actos praticados pelos subdirectores-gerais abrangidos pelo presente despacho desde 1 de Setembro de 2005 até à data da sua publicação, no âmbito das delegações ora efectuadas.

1 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís da Silva Laço*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso n.º 8143/2005 (2.ª série). — Concurso interno de acesso misto para provimento de 46 lugares da categoria de assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), aberto pelo aviso n.º 8441/2004 (2.ª série), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 199, de 24 de Agosto de 2004. — Nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, fazem-se públicas as listas de classificação final, correspondentes às quotas A e B, homologadas por despacho de 26 de Julho de 2005 do director-geral.

Do referido despacho cabe recurso hierárquico, a interpor para o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, no prazo de 10 dias úteis, contados nos termos do artigo 44.º do mesmo diploma legal.

19 de Agosto de 2005. — O Presidente do Júri, *Eliseu Gonçalves Fernandes*.

ANEXO IV À ACTA N.º 8, DE 30 DE MAIO DE 2005

Concurso para provimento de 46 lugares de assistente administrativo principal

Quota A

Lista de classificação e ordenação final

Número de ordem	Candidato	Classificação	Observações
1	Ana Paula de Sousa Tavares de Abreu	16,94	
2	Maria de Fátima Gomes Pereira Afonso	16,67	
3	Maria Graciete Alexandre Rosa	16,53	
4	Laura Odete Moleirinha Calaixo	16,44	
5	Maria de Jesus Azevedo Alberto Monteiro	16,33	
6	Maria Hortense de Assunção Mateus	16,27	
7	Ernesto Tavares Dias	16,18	
8	Meherbanu Kassamali Mamade Pirbhai	16,13	
9	Maria Inês Serra Matias	16,12	
10	Alda Maria da Fonseca Gonçalves	16,10	
11	Maria Helena da Cruz Cardoso Relvas	16,08	(b)
12	Carla Sofia Bastos de Sousa Marques	16,08	
13	Sónia Cristina da Ascensão Algarvio	16,03	
14	Maria do Céu Andrade da Costa Teixeira	16,02	
15	Nuno Alexandre Grancha Fernandes	16,00	
16	Maria Vilma Ferreira de Oliveira Bispo da Silva	15,99	
17	Arminda da Conceição Cavaco Pica Calheiros	15,92	
18	Cláudia Alexandra Alves Aleixo	15,90	
19	Fedra Mara Lagarteira de Arêde	15,88	
20	Fernanda Cristina Pires Trigo	15,85	
21	Ana Bela Antunes Vasconcelos	15,82	(a)
22	Irene Maria Bento António Costa	15,82	
23	Helena Margarida de Moura Sengo	15,81	
24	Maria de Lurdes Marques Santos Quitério	15,79	
25	Anabela Almeida Rosado	15,70	
26	Luís Miguel Ferreira Vieira Martins dos Reis	15,62	
27	Susana Maria da Silva Oliveira	15,60	
28	Maria João do Carmo Teixeira Madeira	15,58	
29	Maria Emília da Silva Dias Riquezo Antunes	15,56	
30	Sílvia Cristina Ribeiro Mendes	15,55	
31	Carla Maria de Fátima Martinho Pombo	15,54	
32	Inês Patrícia Hilário Moraes Mendes de Assunção	15,48	
33	Helena de Jesus Santos	15,47	
34	Maria do Rosário Guerreiro Alves	15,43	(a)
35	Rosa Maria Rodrigues Mourato Cândido	15,43	
36	Sandra Maria Garcez Tavares de Melo Mendes Rodrigues	15,38	
37	Paula Cristina Ramalho do Carmo Guia	15,28	
38	Eloísa Maria da Silva Neves	15,27	
39	Maria de Lurdes Dias Ferreira Liz	15,24	
40	Vera Lúcia Lameira de Jesus	15,16	
41	Isabel Cristina Martins Sobral Estácio	14,84	
42	Sara de Jesus Catalão Velez	14,71	
43	Emanuel João Dias Lopes	14,32	

(a) Maior antiguidade na categoria conforme o disposto no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

(b) Após a aplicação dos critérios de desempate, quer legais quer supletivos, previstos na acta n.º 1 e persistindo a igualdade na classificação, o júri optou pelo critério da posse do maior número de acções de formação na área funcional do concurso.

ANEXO V À ACTA N.º 8, DE 30 DE MAIO DE 2005

Concurso para provimento de 46 lugares de assistente administrativo principal

Quota B

Lista de classificação e ordenação final

Número de ordem	Candidato	Classificação	Observações
1	Carlos Alberto Pego Arede	18,05	
2	Maria Lúcia Cambundo Gomes	17,87	
3	Ana Cristina Neves de Oliveira Dias	17,77	
4	Maria Dulce Almeida Santos de Almeida	17,63	
5	Maria Luísa de Sousa Lúcio Caldeira de Oliveira	17,53	
6	Inês Catarina Bell Paes de Moura Rodrigues	17,52	
7	Sandra Cristina Figueiredo dos Santos	17,51	
8	Dulce do Céu Gonçalves Alves Marques	17,49	
9	Maria de Fátima Pós de Mina Rosa Guerreiro	17,46	
10	Maria Lucília Almeida Correia Santos	17,42	(a)
11	Filipa Alexandra Lopes Nogueira de Jesus Cardoso	17,42	
12	Sónia Maria Martins de Aragão Carvalho Romão	17,41	
13	Maria de Fátima Caetano	17,39	(a)
14	Anabela Santos Silva	17,39	
15	Filomena de Jesus Porfírio Araújo Sousa	17,39	
16	António Simões Rodrigues	17,38	
17	Ana Isabel de Matos Fidalgo Canudo	17,33	(a)
18	Angela Maria Melo Silva Carreiras	17,33	
19	Ana da Graça Dias Botelho da Cruz	17,32	
20	Maria Teresa Faztudo	17,31	
21	Rosa Maria de Medeiros Amaral	17,28	
22	Carla Marisa Bodião de Almeida Simões	17,27	(a)
23	Cristina Maria Monteiro Anceriz Carrega	17,27	
24	Maria Aparecida Teixeira Silvestre	17,26	(a)
25	Lídia Maria da Costa Monteiro Sousa	17,26	
26	Eliana da Conceição Sancho	17,24	(a)
27	Lúcia Maria Farinha Novo de Oliveira	17,24	
28	Maria de Jesus Correia	17,24	
29	Maria de Lurdes Carvalho	17,23	
30	Lúcia Lopes Rodrigues Lopes	17,22	
31	António Joaquim Vieira Rodrigues	17,19	(a)
32	Catarina dos Santos Varachaud Veríssimo	17,19	
33	Dulce de Jesus Vaz dos Santos	17,16	
34	Helena Maria de Oliveira Barata	17,15	
35	Fernanda Maria Fernandes da Costa Gomes	17,14	(a)
36	Carla Maria dos Santos Lopes	17,14	
37	Maria Luísa Pinto Fernandes Batista	17,12	
38	Alda Lobo Teixeira	17,10	(a)
39	Maria de Fátima Fernandes Miranda Rodrigues	17,10	
40	Carla Sofia Pereira Augusto	17,10	
41	Matilde Flor Mendes Menau Salé	17,10	
42	Ana Maria dos Santos Lima Alves	17,08	(a)
43	Maria João Mendes Sobral	17,08	
44	Maria Cândida dos Santos Coelho	17,08	
45	Natalina Maria Lopes Dias	17,08	
46	Graciete de Lurdes da Silva Gomes	17,05	
47	Sónia Sofia Lucas Gertrudes Castiço	17,04	
48	Fátima Augusto Vivas	17,03	
49	Ana Paula Ramalho Gonçalves Ramos Gomes	17,02	
50	Maria José Florindo Cavaco	17,02	
51	Ricardina Maria da Cunha Varela Pinto Ferreira	16,99	(a)
52	Alice Maria Gaspar Vidinha Corrula	16,99	
53	Ana Clarissa Faria Lobo de Freitas	16,99	
54	Catarina Maria Charrua Candeias Rodrigues	16,99	
55	Maria da Graça Roque Antunes Costa	16,97	
56	Maria Isabel Cabrita Nunes Inácio da Silva	16,96	(a)
57	Elsa Maria da Silva Ghira Estavas	16,96	
58	Sandra Maria Duarte Alexandre	16,93	
59	Maria de Fátima Alves Fontes	16,90	(a)
60	Maria Alcina do Nascimento Andrade Nogueira	16,90	
61	Maria Fernanda Choupina Borges Tenório	16,89	(a)
62	Maria Júlia Loureiro Soeiro	16,89	
63	Elsa Francisco de Simas	16,87	
64	António Jorge Pratas dos Santos	16,85	
65	Maria José dos Santos Pereira Nobre Raimundo	16,84	
66	Jorge Manuel Fontes Janela	16,84	(a)
67	Sandra Teresa da Silva Gonçalves Pereira	16,82	
68	Maria Helena Soares da Luz Reis	16,78	

Número de ordem	Candidato	Classificação	Observações
69	Ludovina Teresa Bastos Caldeira	16,77	
70	Henrique Manuel Tavares da Silva	16,76	(a)
71	Maria da Conceição Noga Salgueiro	16,76	
72	Maria Manuela Ventura Barreiro Pinto	16,75	
73	Maria Inês Mendonça Machado	16,72	
74	Ana Cristina Figueiredo Albuquerque Matos	16,70	
75	José Oliveira da Rocha	16,68	
76	Florbela de Jesus Pais Guerra Rodrigues	16,67	(a)
77	Carla Maria Ferreira Luís Sarmento Mendes	16,67	
78	Paula Maria Miguel Alves	16,67	
79	Olga Maria Ponte Nunes da Silva Valentim	16,67	
80	Carmina de Jesus Campanha Fonseca	16,66	
81	Lídia Maria Pinto Pereira Xavier	16,62	(a)
82	Ana Paula Duarte Trindade Serrão	16,62	
83	Gisela Filomena Rodrigues da Silva Rodrigues Videira	16,60	
84	Lucília Maria Guedes Cardoso Vital	16,59	
85	Anabela Cardoso Pinto Henrique	16,57	(a)
86	Elsa Maria da Cruz Ribeiro	16,57	
87	Maria Elisabete Batista Leonardo Gonçalves Paralta	16,53	
88	Maria da Conceição Monteiro Angélico Morais	16,51	
89	Ermelinda Maria Manuela Duarte Carvalho Vaz	16,47	(a)
90	Carla Sofia Duarte Trindade	16,47	
91	Hélia Marina Casaca da Silva Marques	16,44	(a)
92	Carlos Fernando Baptista Lopes	16,44	
93	Belmira Rosa Henriques de Carvalho	16,39	(a)
94	Maria João Gonçalves Ferrão de Sousa	16,39	
95	Mário José Fernandes Ribeiro	16,35	
96	Ofélia Melo da Silva Simões do Carmo	16,34	
97	Natália Rosa Graça Palhares Weba	16,31	
98	Tânia Filipa Miguel Félix	16,29	(a)
99	Maria de Fátima, Joaquim Gomes	16,29	
100	Améssia do Rosário Gomes Aguilar	16,27	
101	Ana Cristina de Jesus Gonçalves	16,25	
102	Maria Manuela de Lima Mendes Coelho	16,25	
103	Maria Belarmina dos Santos Nabais Mendes	16,23	
104	Maria da Encarnação Valente Cavacas Simão	16,23	
105	Ana Maria Tomé Ávila	16,17	
106	Maria Rosa Velez Pratas Ferreira	16,17	
107	Adelina de Almeida Lopes Barbosa	16,17	
108	Ana Maria da Piedade Guerreiro Formosa	16,16	
109	Maria Helena de Araújo Gouveia	16,15	
110	Carla Cristina Santos de Sousa Matos	16,14	
111	Neide Iris Wahnnon Pinto Mendes da Silva Gonçalves	16,13	
112	Ana de Fátima do Rosário Amado	16,10	
113	Marinela Luís Dias Rehentula	16,10	
114	Luísa de Jesus Pereira Santos Borges	16,08	
115	Maria da Piedade Luís Alves	16,02	
116	Maria Helena Ferreira Gervásio dos Santos	15,97	
117	Afonsina Josefa da Fonseca de Oliveira Freitas	15,88	
118	Ana Cristina dos Santos Nunes	15,87	
119	Maria Clara Fernandes de Castro Ribeiro	15,82	
120	Paulo Jorge Gordon Pinto	15,80	
121	Carlos Manuel Ferreira Firmino	15,78	
122	Sandra Rute de Lima e Rodrigues	15,75	
123	Joaquim Araújo de Sousa	15,73	
124	José Luís Xavier Matos	15,67	
125	Mário Miguel Luís Estevas Taborda	15,63	
126	Maria Manuela da Silva Pinto de Moura	15,60	
127	Helena Maria Martins de Freitas Moniz Romão	15,54	
128	Paulo Artur da Costa Brandão Sérvolo	15,44	
129	Rosa Maria Silva Dias	15,42	
130	Alexandre Manuel de Almeida Rebelo	15,33	
131	Maria Natália da Silva Rodrigues	15,24	
132	António Maria Baião	15,23	
133	Maria de Jesus Racha Coragem	15,17	
134	Sandra Isabel Bragança Miranda	14,96	
135	Célia da Cruz Russo Saruga Amaro	14,79	
136	Rosália Marília Feliciano Praia	14,77	
137	Adília de Jesus Xavier Gancho Maximino	14,39	
138	Vera Sofia Carapeta Borrvalho Lima	14,33	
139	Ana Maria da Piedade Elisiário	11,58	
140	Maria de Fátima Marques Alexandre de Almeida Lopes	11,53	
141	Maria Esmeralda da Fonseca Ferreira	11,10	

(a) Maior antiguidade na categoria, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Candidatos não aprovados:

Elisabete Maria Figueiredo Costa — 5,39 (b).

(b) Por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores, conforme previsto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 720/2005. — O representante do accionista Estado, na qualidade de detentor directo de 60% do capital social da COIMBRAPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, S. A., pautará a sua actuação no reinício da assembleia geral a realizar em 5 de Setembro de 2005, pelas 10 horas, na sede social, de acordo com o seguinte mandato:

- 1) Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2004;
- 2) Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, não há lugar à aplicação de resultado líquido em virtude de o mesmo ser nulo;
- 3) Relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos, propor e votar favoravelmente um voto de confiança no conselho de administração, e em cada um dos seus membros, bem como no fiscal único;
- 4) Relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos o accionista Estado emite a seguinte declaração de voto:

«É dado formalmente como aprovado o plano de actividades e orçamento para 2004 no que respeita aos 'investimentos Polis' realizados efectivamente pela Sociedade no exercício de 2004, na medida em que os mesmos se enquadrem no plano estratégico da intervenção.»

- 5) Relativamente ao sexto ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente a proposta de reprogramação física e financeira da intervenção do Programa Polis em Coimbra, apresentada pelo conselho de administração, condicionadas ao explicitado na seguinte declaração de voto:

«Não poderão resultar quaisquer encargos adicionais para o accionista Estado decorrentes da prorrogação do prazo aprovada por deliberação social unânime por escrito em 26 de Abril de 2005, nomeadamente os derivados de custos de estrutura e gestão global.»

- 6) Relativamente ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente o plano de actividades e orçamento para 2005.

2 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *João Manuel Machado Ferrão*, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 960/2005 (2.ª série). — Portugal, como membro da União Europeia, tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando, nomeadamente, em missões humanitárias e de paz, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro.

A situação preocupante que hoje se vive na República Democrática do Congo conduziu a União Europeia a planear e preparar uma missão militar de apoio às iniciativas diplomáticas ali em curso, a EUSEC RD Congo, para o que solicitou a participação de Portugal, através da nomeação de dois oficiais do Exército.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 41.º, n.º 1, e 44.º, n.º 1, da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º Autorizar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com vista à participação portuguesa na EUSEC RD Congo, a aprontar e empregar uma missão militar constituída por dois oficiais do Exército, que ficarão colocados na sua dependência directa.

2.º A duração da missão será de um ano.

3.º De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, aqueles militares desempenham funções em país da classe C.

3 de Junho de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 20 098/2005 (2.ª série). — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o mestre Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira responsável pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Agosto de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 20 099/2005 (2.ª série). — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, n.º 7, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o Prof. Doutor Emanuel João Flores Gonçalves adjunto do responsável pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Setembro de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 20 100/2005 (2.ª série). — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, n.º 7, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o capitão-de-fragata José Nuno dos Santos Chaves Ferreira representante do Ministério da Defesa Nacional para a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Agosto de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 20 101/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o sargento-ajudante ART 04918281, Francisco J. Aleixo Caldeireiro, por um período de 365 dias, em substituição do sargento-ajudante ART 09194080, Manuel Bernardino Correia Duarte, para desempenhar funções de chefe da Secção de Património e Transportes do Núcleo de Apoio Técnico de Angola, no âmbito da cooperação técnico-militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

5 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível*).

Despacho n.º 20 102/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio, por um período de um ano, o 13842281, SAJ CAV